



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR/RECIFE/PE
SECRETARIA

PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR DE 2023

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

- Item 01. ICCM - 2023 - IBGE - Agência Coordenadora de Pesquisas e Mapeamento
- 1ª) Na frase "A história oficial do IBGE iniciou-se na data de 28 de maio de 1938, por meio da implementação do chamado Instituto Nacional de Estatística (INE)", destaque-se um caso de ênclice. A alternativa cujo prónome destacado, à luz da gramática, também deve expressar um caso de ênclice é:
- a) Onde para a quantidade.
 - b) Onde quando há de mais?
 - c) Quando há de um tamanho, por isso.
 - d) Onde a da quarta de cada.
 - e) Se há, acrescentar um caso d'água.

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

- Item: Objetiva Concursa - Prefeitura de Lagoa Santa do Sul - Oficial Administrativo - 2023
- 2ª) Considerando-se a concordância do verbo haver, analisar os itens abaixo:
- I. Há muitos anos que não o vejo.
 - II. Eles haviam perdido a hora.
 - III. Não havia tentado corrigir o problema.
 - IV. Haviam muitos problemas no projeto.
- Estão CORRETOS:
- a) Somente os itens I e II.
 - b) Somente os itens I e III.
 - c) Somente os itens I, II e III.
 - d) Somente os itens II, III e IV.
 - e) Somente o item II.

Nº DE INSCRIÇÃO:

NOME DO(A) CANDIDATO(A):



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR/RECIFE/PE
SECRETARIA

PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS DE 2023

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

(Fonte: SELECON – 2023 – IBGE – Agente Censitário de Pesquisas e Mapeamento)

1º) Na frase “A história oficial do IBGE iniciou-se na data de 29 de maio de 1936, por meio da implementação do chamado Instituto Nacional de Estatística (INE)”, destaca-se um caso de ênclise. A alternativa cujo pronome destacado, à luz da norma-padrão, também deve expressar um caso de ênclise é:

- a) Corri para o defender.
- b) Ainda se lembra de mim?
- c) Quando tiver um tempinho, me avise.
- d) Nunca se queixa de nada.
- e) Só me ofereceram um copo d’água.

(Fonte: Objetiva Concursos - Prefeitura de Lagoa Bonita do Sul - Oficial Administrativo - 2023)

2ª) Considerando-se a concordância do verbo haver, analisar os itens abaixo:

- I. Há muitos anos que não a vejo.
- II. Eles haviam perdido a hora.
- III. Nós havia tentado corrigir o problema.
- IV. Havião muitos problemas no projeto.

Estão CORRETOS:

- a) Somente os itens I e II.
- b) Somente os itens I e III.
- c) Somente os itens I, II e III.
- d) Somente os itens II, III e IV.
- e) Somente o item II.

(Fonte: OBJETIVA – 2023 – CRB 10ª Região – RS – Auxiliar Administrativo)

3ª) Qual alternativa contém o termo sublinhado que exerce a mesma função sintática que o termo sublinhado em “Naquele chuvoso dia, os tripulantes abandonaram o barco para permanecerem vivos.”:

- a) Ao tratar da nova legislação, será preciso apresentar boas propostas interventivas.
- b) Nenhum dos funcionários buscou a resolução dos problemas elencados na reunião.
- c) Por conhecer o sistema de contratações, tinha certeza de que receberia um não.
- d) Abdicou de diversas comodidades visando o maior conforto para seu familiar.
- e) Naquele chuvoso dia, os tripulantes do barco abandonaram o capitão.

(Fonte: Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos – FEPESE – Prefeitura – Técnico em Informática – 2023)

4ª) Complete corretamente as lacunas abaixo com: mau, mal, mesmo(s), mesma(s), bastante(s):

-chegou, foi logo pedindo ajuda.
-é o destino de quem vive movido pela inveja.
- Elasfizeram os doces da festa.
- A avó da Júlia fez gastronomia e queria que ela fizesse o
- O calor e o frio por aqui são intensos no verão e no inverno, respectivamente.
- Há razões para fazer uma reunião.

Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas do texto:

- a) Mau • mau • mesmos • mesmos • bastante • bastantes
- b) Mau • mal • mesmo • mesmas • bastante • bastantes
- c) Mal • mau • mesmos • mesma • bastantes • bastante
- d) Mal • mau • mesmas • mesmo • bastante • bastantes
- e) Mau • mau • mesmas • mesmo • bastantes • bastantes

(Fonte: 2023 – IF – SP – Técnico de Laboratório/Área: Produção de Áudio e Vídeos)

5ª) Quanto à acentuação, analise o emprego do acento gráfico nas alternativas abaixo! Assinale a afirmativa correta:

- a) O voo de Marisa adiantou e por isso ela teve tempo suficiente para conhecer o zôo.
- b) Heloísa fez uso de taxi para cuidar da cutis no novo centro de beleza da cidade vizinha.
- c) Os professores prevêem alguns textos extras para as aulas, mas alguns estudantes trabalhadores têm dificuldade e não lêem nem mesmo se o conteúdo dos textos for avaliativo.

- d) Foi uma excelente ideia a de definir o tema 'ácidos nucleicos' para o trabalho bimestral.
- e) Se eles veem, eles crêem.

Fonte: (VUNESP – 2020 – Prefeitura de Ferraz de Vasconcelos – SP – Guarda Municipal)

6ª) Assinale a alternativa em que a reescrita da frase “... ela confere liberdade às pessoas.” atende à norma-padrão da língua portuguesa quanto ao uso do acento indicativo da crase:

- a)... ela confere liberdade à diferentes tipos de pessoas.
- b) ... ela confere liberdade à uma infinidade de pessoas.
- c) ... ela confere liberdade à maior parte das pessoas.
- d) ... ela confere liberdade à toda sorte de pessoas.
- e) ...ela confere liberdade à algumas pessoas.

7ª) Marque a alternativa correta que efetua a pontuação da frase abaixo:

“MARIA QUANDO TOMA CAFÉ SUA MÃE DIZ ELA QUERO UMA TOALHA”.

- a) Maria, quando toma café, sua mãe diz ela: traga uma toalha!
- b) Maria quando toma café sua mãe diz ela: traga uma toalha.
- c) Maria, quando toma café, sua. Mãe, diz ela, traga uma toalha!
- d) Maria, quando toma café, sua. Mãe diz: ela traga uma toalha.
- e) Maria quando toma café sua mãe diz: ela traga uma toalha.

(Fonte: OBJETIVA – 2023 – CRB 10ª Região – RS – Bibliotecário Fiscal)

8ª) Assinale a alternativa que apresenta o erro de construção na frase a seguir:
“Fazem dois anos que ocorreu o crime e até hoje não há provas bastantes para condenar o réu.”

- a) “Fazem” deve ser substituído por “Faz”.
- b) “ocorreu” deve ser substituído por “ocorreram”.
- c) “Bastantes” deve ser substituído por “bastante”.
- d) “Para” deve ser substituído por “a fim de”.
- e) “Há” deve ser substituído por “houveram”.

(Fonte: SELECON – 2023 – IBGE – Supervisor de Pesquisas por Telefone - Gestão)

9ª) Há emprego correto do acento grave, indicativo de crase, em:

- a) O carteiro enviou mensagem à cidadãs do interior.
- b) Ele entregou o presente à Antônio.
- c) No final da rua, vire à direita.

d) O carro é movido à gás.

e) A venda é à prazo.

10ª) Assinale a alternativa que apresenta a palavra escrita corretamente:

a) Imsubmissão

b) Inimputabilidade

c) Dissiplina

d) Desseção

e) Ierarquia



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR/RECIFE/PE
SECRETARIA

PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR DE 2023

PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS DE 2023

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS

15) NÃO constitui crime militar em tempo de paz, segundo o Código Penal Militar (CPM) e de acordo com a jurisprudência do STF:

- a) Major de Administração da ativa, em serviço e em lugar sujeito à administração militar, pratica crime de autoridade contra um Sargento da Marinha da ativa e em serviço.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- b) Cabo de Fuzileira, da ativa e em serviço, inadvertidamente mata um civil fora de lugar sujeito à administração militar.
- c) Tenente Sargento de Polícia, da ativa e em serviço, despoja indevidamente um Inquilino do Hospital de Santa Helena.
- d) Civil Intermunicado, do 1º Grau, de um Sargento da Marinha da ativa, em serviço e fora de lugar sujeito à administração militar.
- e) Capitão de Corveta da reserva, despoja indevidamente estante em Parlamento público civil que desempenha atribuições em uma

Nº DE INSCRIÇÃO:

NOME DO(A) CANDIDATO(A):



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR/RECIFE/PE
SECRETARIA

PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS DE 2023

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1ª) NÃO constitui crime militar em tempo de paz, segundo o Código Penal Militar (CPM) e de acordo com a jurisprudência do STF:

- a) Major da Aeronáutica da ativa, em serviço e em lugar sujeito à administração militar, pratica abuso de autoridade contra um Sargento da Marinha da ativa e em serviço.
- b) Cabo do Exército, da ativa e em serviço, imprudentemente mata um civil fora de lugar sujeito à administração militar.
- c) Um Sargento da Polícia Militar, da ativa e em serviço, perpetra infanticídio no interior do Hospital da Polícia Militar.
- d) Civil intencionalmente ceifa a vida de um Sargento da Marinha da ativa, em serviço e fora de lugar sujeito à administração militar.
- e) Capitão de Corveta da reserva remunerada propositalmente esmurra um funcionário público civil que desempenha atribuições em uma

Organização Militar da Marinha, tendo sido o fato motivado por reclamações do Oficial frente ao mau serviço prestado pela vítima.

2ª) Segundo o Código Penal Militar (CPM), e de acordo com a doutrina militarista prevalente, assinale a alternativa CORRETA:

- a) São causas de exclusão da culpabilidade: consentimento do ofendido e (exceto nos crimes onde há violação ao dever militar) coação física irresistível.
- b) São causas de exclusão da antijuridicidade: estado de necessidade justificante e legítima defesa.
- c) O estado de necessidade justificante do CPM é idêntico ao estado de necessidade justificante do Código Penal comum.
- d) O erro de direito é idêntico ao erro de proibição do Código Penal comum, e como tal isenta o agente de pena, se escusável.
- e) A obediência hierárquica do CPM é idêntica à obediência hierárquica do Código Penal comum.

3ª) Constitui crime militar IMPRÓPRIO, segundo o Código Penal Militar (CPM) e a jurisprudência do STM:

- a) Soldado do Exército, sem motivo justificado, há 12 dias não comparece à Organização Militar onde serve.
- b) Militar do Exército, da ativa e de folga, e no interior de um bar, ameaça com arma de fogo Policiais Militares, da ativa e de serviço, que ali estão atendendo uma ocorrência.
- c) Sargento da Marinha, da ativa e de serviço, ordena que um Cabo da mesma Força, conduza veículo automotor terrestre dentro da Organização Militar onde ambos servem, mesmo o superior sabendo que o subordinado não tem permissão ou habilitação para dirigir.
- d) Soldado da Aeronáutica se esconde em banheiro feminino da sua Organização Militar e ali filma uma Tenente da ativa enquanto ela toma banho, sem o conhecimento nem o consentimento dela.
- e) Tenente do Exército da ativa e em serviço deixa de participar aos superiores a deserção de um seu subordinado.

4ª) Constituem crimes militares PRÓPRIOS:

- a) Deserção, abandono de posto e descumprimento de missão.
- b) Insubmissão, revolta e prevaricação.
- c) Omissão de lealdade militar, conspiração e aborto.
- d) Motim, desrespeito a superior e abuso de autoridade.

- e) Tortura, desrespeito a símbolo nacional e recusa de obediência.

5ª) Só pode ser praticado por MILITAR:

- a) Oposição a ordem de sentinela.

- b) Despojamento desprezível.

- c) Violência contra militar de serviço.

- d) Incitamento.

- e) Insubmissão.

6ª) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Excetuados os casos de prerrogativa de foro, todo crime doloso praticado por militar federal da ativa e em serviço contra a vida de civil é da competência do Tribunal do Júri.

- b) Excetuados os casos de prerrogativa de foro, todo crime doloso praticado por militar estadual da ativa e em serviço contra a vida de civil é da competência do Tribunal do Júri.

- c) Reunião ilícita pode ser praticada por qualquer pessoa, embora se trate de crime militar próprio.
- d) O Código Penal Militar não tipifica como crime o assédio moral.
- e) Existe no Código Penal Militar tipificação de crime que só pode ser perpetrado por civil.

7ª) MILITARES DA RESERVA E MILITARES REFORMADOS, segundo previsão do Código Penal Militar (CPM):

- a) Nunca poderão ser sujeitos passivos de violência contra inferior, pois a vítima só pode ser militar da ativa.
- b) Se estiverem empregados na administração militar ao tempo do injusto penal militar, serão equiparados a militares da ativa.
- c) Sempre são equiparados a militares da ativa.
- d) Nunca são equiparados a militares da ativa.
- e) São equiparados a civis, para todos os efeitos.

8ª) Assinale a alternativa CORRETA, consoante o Direito Penal Militar e o Código Penal Militar (CPM):

- a) Para o tempo do crime o CPM adotou a teoria do resultado.
- b) Para o lugar do crime o CPM adotou a teoria do resultado.
- c) O Direito Penal Militar brasileiro adota os seguintes princípios, entre outros: intervenção mínima, fragmentariedade, legalidade, proporcionalidade, ofensividade, alteridade, individualização da pena, culpabilidade e proibição da proteção deficiente.
- d) Quanto à aplicação espacial da lei penal, o CPM e o Código Penal comum coincidem nos princípios: ambos os diplomas legais fazem previsão da extraterritorialidade condicionada, e em ambos os diplomas legais a extraterritorialidade é a exceção.
- e) O Direito Penal Militar brasileiro não admite o princípio da intraterritorialidade.

9ª) Sobre as CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DO INJUSTO PENAL MILITAR, assim cominadas no Código Penal Militar (CPM), e de acordo com a jurisprudência atual do STM, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Funcionário público civil que é condenado irrecorrivelmente pela Justiça Militar da União à pena de 4 (quatro) anos e 6 (seis) meses de reclusão por um crime militar perpetrado com violação do dever inerente à função pública estará sujeito à imposição de 3 (três) penas acessórias.
- b) A jurisprudência do STM é pacífica quanto à possibilidade de inflição, a

réus imputáveis, de qualquer das medidas de segurança previstas no CPM.

- c) Oficial das Forças Armadas condenado à pena privativa de liberdade superior a 2 (dois) anos fica sujeito outrossim à pena acessória de exclusão das Forças Armadas.
- d) Jamais é cabível a suspensão condicional da pena ao desertor.
- e) O civil reincidente que for condenado irrecorrivelmente pela Justiça Militar da União a uma pena privativa de liberdade superior a 8 (oito) anos terá de a cumprir em estabelecimento militar.

10ª) Sobre as CAUSAS EXTINTIVAS DA PUNIBILIDADE estampadas no Código Penal Militar (CPM), e em consonância com a jurisprudência do STM, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O CPM elenca o perdão do ofendido entre as causas extintivas da punibilidade, que pode ser aplicado, por exemplo, em crimes militares contra a honra.
- b) O prazo máximo de prescrição, segundo o diploma legal substantivo castrense, é de 20 (vinte) anos, e o prazo mínimo é de 2 (dois) anos.
- c) A prescrição da pretensão executória tem por termo inicial o trânsito em julgado da sentença condenatória a ambas as partes, e não o trânsito em julgado da sentença condenatória à acusação.

- d) A decadência prevista no | CPM assume regras distintas da decadência elencada no Código Penal comum.
- e) Enquanto não é capturado, nem se apresenta voluntariamente, o Soldado do Exército que for desertor terá seu crime prescrito após completar 30 anos de idade.

11ª) Assinale a alternativa CORRETA acerca da APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL MILITAR:

- a) O Código de Processo Penal Militar admite as interpretações literal, restritiva e extensiva.
- b) Se o Código de Processo Penal Militar for lacunoso em algum aspecto, não é possível a aplicação subsidiária do Código de Processo Penal comum, devendo o julgador aplicar os regulamentos militares.
- c) No Código de Processo Penal Militar constitui exceção o princípio do *tempus regit actum*.
- d) O Código de Processo Penal Militar somente é aplicável a investigados e a acusados que forem militares, jamais a investigados e a acusados que forem civis.
- e) Os casos omissos do Código de Processo Penal Militar não podem ser supridos pela analogia.

12ª) O ARQUIVAMENTO DO AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE (APF), em tempo de paz, conforme o Código de Processo Penal Militar (CPPM) e de acordo com a jurisprudência do STM:

- a) Não segue as mesmas regras do arquivamento do IPM.
- b) Pode ser implícito e pode ser indireto.
- c) Em regra não admite o desarquivamento, mesmo que surjam novas provas.
- d) Deve ser realizado pelo Conselho de Justiça, se o flagranteado for militar.
- e) Geralmente não faz coisa julgada material.

13ª) No Código de Processo Penal Militar (CPPM) está expressamente prevista a:

- a) Fiança.
- b) Prisão temporária (nos moldes da Lei n. 7.960/89).
- c) Prisão preventiva para a garantia da ordem econômica.

- d) Prisão preventiva como exigência da manutenção das normas ou princípios de hierarquia e disciplina militares, quando ficarem ameaçados ou atingidos com a liberdade do indiciado ou acusado.
- e) Possibilidade de arquivamento implícito do IPM.

14ª) É CORRETO afirmar que a AÇÃO PENAL MILITAR:

- a) Pública incondicionada é a única prevista para todos os crimes militares em tempo de paz.
- b) É pública condicionada à representação da vítima no crime militar de lesão corporal dolosa leve e no crime militar de lesão corporal culposa.
- c) Excepcionalmente será pública condicionada à requisição do Presidente da República.
- d) Será de iniciativa privada nos crimes militares contra a honra.
- e) Jamais pode ser privada supletiva.

15ª) O Inquérito Policial-Militar (IPM), em tempo de paz:

- a) É a via adequada para apurar crimes de deserção.
- b) É a via adequada para apurar crimes de insubmissão.

- c) Tem o prazo de conclusão de 40 (quarenta) dias, se o investigado for militar e estiver preso ou solto.
- d) Pode ter como Encarregado um Capitão de Fragata da ativa se o investigado for um Capitão de Mar e Guerra reformado.
- e) Jamais pode ter como Encarregado praça da ativa.

16ª) Assinale a alternativa CORRETA sobre os RECURSOS previstos no Código de Processo Penal Militar (CPPM):

- a) O prazo para interposição da Apelação é de 5 (cinco) dias, e o prazo para Razões de Apelação e Contrarrazões de Apelação é de 10 (dez) dias.
- b) O prazo para interposição da Recurso em Sentido Estrito é de 5 (cinco) dias, e o prazo para Razões de Recurso em Sentido Estrito e Contrarrazões de Recurso em Sentido Estrito é de 2 (dois) dias.
- c) A Carta Testemunhável prevista no CPPM assume regras distintas da Carta Testemunhável prevista no Código de Processo Penal comum.
- d) O CPPM não tem previsão de Correição Parcial.
- e) Os Recursos interpostos contra decisões do STM deverão ser processados e julgados no STJ.

17ª) Assinale a alternativa INCORRETA, de acordo com o Código de Processo Penal Militar (CPPM), e em consonância com a jurisprudência do STF e do STM:

- a) Em determinados casos é juridicamente aceitável que Encarregado do IPM ordene a prisão cautelar de indiciado fora das hipóteses de flagrância e sem prévia decisão judicial.
- b) O princípio *nemo tenetur se detegere* está albergado expressamente no CPPM.
- c) É cabível a decretação, no curso do IPM, de quebras de sigilo (financeiro, telefônico, telemático e eletrônico) e de interceptações (telefônicas, informáticas, telemáticas e ambientais).
- d) O STM não admite a concessão de liminar em *Habeas Corpus*, salvo se o paciente for civil.
- e) Admite-se o arquivamento de IPM e de APF, bem como de IPD e de IPI.

18ª) Com relação às ALEGAÇÕES ESCRITAS e às NULIDADES previstas no Código de Processo Penal Militar (CPPM), assinale a alternativa CORRETA:

- a) Não há previsão de nulidades relativas no CPPM.

- b) As únicas nulidades absolutas previstas no CPPM dizem respeito à incompetência do juízo e à violação ao princípio da ampla defesa.
- c) As Alegações Escritas devem ser oferecidas em regra dentro de 8 (oito) dias.
- d) As Alegações Escritas devem ser oferecidas dentro de 12 (doze) dias se houver mais de 5 (cinco) réus, ainda que todos sejam defendidos pelo mesmo defensor.
- e) Uma vez que a parte apresente Alegações Escritas em processo de competência do Conselho de Justiça, impedidas ficam futuras Alegações Oraís.

19ª) Segundo preconiza o Código de Processo Penal Militar (CPPM), em tempo de paz o prazo para oferecimento da Denúncia é de:

- a) Em qualquer caso: 15 (quinze) dias, prorrogáveis duas vezes.
- b) Em qualquer caso: 15 (quinze) dias, improrrogáveis.
- c) Em caso de deserção e de insubmissão: 5 (cinco) dias, prorrogáveis uma vez.
- d) Em caso de deserção e de insubmissão: 5 (cinco) dias, improrrogáveis.

- e) Em caso de deserção e de insubmissão: 5 (cinco) dias, prorrogáveis duas vezes.

20ª) Sobre os SUJEITOS PROCESSUAIS, os PROCEDIMENTOS e a SENTENÇA, assinale a alternativa CORRETA, de acordo com o Código de Processo Penal Militar (CPPM) e com a jurisprudência do STF e do STM:

- a) Inexistem procedimentos especiais no CPPM.
- b) O CPPM não faz previsão da resposta à acusação, nem da absolvição sumária.
- c) Na instrução criminal o acusado é a primeira pessoa a ser inquirida.
- d) O CPPM não faz previsão do assistente de acusação.
- e) O CPPM não faz previsão de Sentença Absolutória Imprópria.